

**“Pátria ou morte”:  
crise e sobrevivência do regime revolucionário cubano nos anos 90**

Julian Araujo Brito \*

**Resumo:**

O objetivo deste trabalho é analisar as condições da sobrevivência do regime político cubano a partir do fim da guerra fria, durante o chamado “Período Especial”. O desmoronamento do campo socialista entre 1989 e 1991 certamente representou uma inflexão nos rumos da Revolução Cubana, precipitando uma crise econômica de grandes proporções, que poderia colocar em risco a própria continuidade do regime revolucionário. No entanto este conseguiu sobreviver, sob as mais difíceis condições internas e externas ao seu momento mais crítico desde sua origem em 1959. Ainda que um plano de reformas econômicas, e em menor medida políticas, fosse considerado, os fatores que explicam esta sobrevivência, entre outros, estariam ligados ao apelo nacionalista do regime cubano como fonte de legitimação política (frente às pressões dos EUA e à crise do socialismo), juntamente com a manutenção das conquistas sociais alcançadas.

**Palavras-chave:** Revolução Cubana; Socialismo; Nacionalismo

**Abstract:**

This study aims to analyze the survival conditions of the Cuban political regime from the end of the cold war, during the “Special Period”. The breakdown of the socialist bloc between 1989 and 1991 certainly represented an important change of direction for the Cuban Revolution and generated an economic crisis of great proportions, which put at risk the very permanence of the revolutionary regime. However, it was allowed to survive, despite the difficult inner and outer conditions, to its most delicate moment since the origin in 1959. Although there was a plan for economic reforms and policies to a lesser extent, the survival of the regime was bounded, among others, to its nationalistic appeal, what was the political legitimacy (before U.S. pressure and the socialism crisis), as well as the maintenance of the social achievements.

**Keywords:** Cuban Revolution; Socialism; Nationalism

---

\* Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: julian\_araujo9@hotmail.com.

## Introdução

O objetivo central deste artigo é compreender as razões pelas quais o regime político cubano, inaugurado pela revolução, conseguiu sobreviver à derrocada do “socialismo real” no Leste Europeu, ao iniciar a década de 90. Ou seja, como foi possível manter o essencial de sua institucionalidade política, isto é, o Partido Comunista como partido único e o governo liderado por Fidel Castro. Para tal empreendemos um estudo que visou entender porque em Cuba não se verificou um processo semelhante ao ocorrido naquela parte da Europa, quando a queda do muro de Berlim em 1989 simbolizou o desaparecimento do que comumente se chamava de “regimes comunistas”<sup>1</sup>.

Apesar disso, os efeitos da queda da URSS foram implacáveis em Cuba. Até hoje chega a ser surpreendente que o caos econômico que se abateu sobre o país não tenha conduzido a uma ruptura institucional que pusesse fim à ordem política vigente. Embora o governo tenha perdido significativas parcelas de seu amplo apoio em função destes anos de penúria, o descontentamento que emergiu não foi suficiente para desencadear movimentos disruptivos capazes de colocar em perigo a ordem política, e tampouco gerar uma ruptura terminal do consenso necessário à continuidade do regime. Assim sendo, como explicar a permanência do regime cubano frente a esta duríssima conjuntura? Além disso, em que se baseou a resistência do regime? No início dos anos 90 não foram poucos os analistas que, fora de Cuba, vaticinaram a queda iminente do regime cubano, o que acabou revelando desconhecimento ou incompreensão da natureza daquele processo revolucionário.

Com frequência se diz que em Cuba há uma ditadura, o que poderia nos levar a pensar que o sistema é mantido simplesmente pela força. No entanto, esta seria uma resposta insuficiente, até porque todo Estado se funda na força, já afirmava Weber citando Trotsky. Entretanto, um Estado também se fundamenta em elementos de outra natureza, capazes de conferir legitimidade a determinada ordem política. Por exemplo,

---

<sup>1</sup> Embora faça menções ao “socialismo” em Cuba –seu regime se proclama socialista–, este artigo não tem a pretensão de analisar a real natureza do sistema socio-econômico existente na ilha. A complexidade desta questão certamente demandaria outra pesquisa.

usa-se com frequência o termo democracia ou regime democrático para legitimar regimes pluripartidários, nos quais o poder do mercado é determinante. No caso do regime cubano, esta legitimação está mais ligada à preservação do legado da Revolução de 1959, ao reconhecimento da liderança de Fidel Castro e à negação de qualquer ingerência externa nos rumos do país, especialmente vinda dos Estados Unidos. Assim sendo, nossa investigação buscou compreender a estratégia política do governo cubano para passar pela enorme turbulência dos anos 90, procurando observar as razões pelas quais o sistema, historicamente, conseguiu se legitimar perante a maioria da população. Interessa-nos entender o processo social e político, para além dos mecanismos jurídicos que garantem a ordem constitucional do Estado e da repressão política que possa existir.

Ainda que consideremos o programa reformista (eminentemente econômico) implementado a partir de 1990 e outros fatores, o artigo chama atenção para o elemento central de legitimação política, que contribuiu decisivamente para a manutenção do governo de Fidel Castro em seu momento mais crítico, isto é: o consenso nacionalista, que, em certa medida, relaciona-se com a defesa das conquistas sociais e o legado da Revolução.

Para tal, este artigo vai abordar, como pré-condição ao entendimento da problemática de investigação, o significado histórico da Revolução para uma grande parte da população cubana, destacando sua base social, as características da ordem social e política pós-revolucionária até 1989, responsáveis por conferir legitimidade e consolidar o regime. Além disso, abordará o papel determinante dos Estados Unidos (EUA) no desenvolvimento do processo revolucionário cubano. Posteriormente, destacaremos os efeitos sociais e políticos ocasionados no país em função da extinção da URSS e as principais reformas nos anos 90. E, por último, a estratégia política do governo cubano para o enfrentamento da crise e o papel do nacionalismo como fonte de apoio ao regime.

### **A construção da legitimidade revolucionária e o socialismo cubano (1959-1989)**

Certamente a Revolução Cubana constituiu um grande episódio da história das Américas no século XX. Para Moniz Bandeira (2009, p. 37), inegavelmente, o maior acontecimento da América Latina neste século. Segundo Florestán Fernandes (2007, p. 23), sua influência forjou uma nova realidade histórica na América Latina, ao colocar o socialismo na ordem do dia no hemisfério ocidental, o que foi decisivo para a mudança dos rumos da história contemporânea e da vida de milhões de pessoas. Por outro lado, a

trajetória cubana pós 1959 foi marcada por um colossal esforço em romper com o passado e superar os entraves de uma economia neocolonial subdesenvolvida através da transformação socialista (FERNANDES, 2007, p. 32). Para além da avaliação dos seus resultados, um dos maiores trunfos dos seus dirigentes foi, sem dúvida, manter e estabilizar a ordem pós-revolucionária durante as décadas que se seguiram contra toda sorte de dificuldades, em especial a hostilidade externa.

Florestán Fernandes (2007) propõe que a Revolução Cubana seja analisada dentro de um quadro histórico mais amplo:

O capitalismo foi incapaz de introduzir na América Latina o ciclo das suas revoluções típicas (burguesas). Para garantir o seu desenvolvimento, o capital teve de recorrer, com frequência, a ditaduras cruéis. Oscilou sempre entre o conservantismo, a revolução política (pela cúpula) e reformas de superfície de alcance social restrito, culminando na consagração da contra-revolução preventiva como último recurso de autodefesa. É em confronto com esse quadro que se deve avaliar a revolução cubana (FERNANDES, 2007, p. 335).

Além disso, revela uma particularidade da construção nacional cubana, isto é, tardia e tutelada. Ao analisar a história pré-revolucionária, o autor destaca a ocorrência de uma substituição da dominação externa sobre Cuba, anteriormente exercida pela Espanha e depois pelos EUA. A independência frente à Espanha em 1898 –conquistada após a intervenção norte-americana na guerra de libertação colonial– marca decisivamente a entrada em cena do poderoso vizinho do norte na história cubana. Florestán descreveu a evolução cubana pós-independência como uma típica situação neocolonial, configurada por uma relação muito específica com os EUA, através da qual este exercia uma dominação indireta sobre Cuba.

Decorrente desta situação, o nacionalismo se tornou uma força que impulsionou a Revolução Cubana. Em perfeita consonância com os anseios históricos deste povo de constituir uma nação independente, suas raízes remontam às lutas contra o jugo colonial espanhol na segunda metade do século XIX. No entanto, a independência contra a Espanha e a tentativa de construir a nação ganhou os contornos de uma “revolução frustrada” a partir da intervenção norte-americana (WOLF, 1984, p. 197). Já no final do século XIX, o próprio José Martí<sup>2</sup> atentara para a possibilidade da dominação ianque após a libertação colonial, visto que os EUA iniciavam uma expansão imperialista na América Latina.

---

<sup>2</sup> Intelectual e mártir da independência cubana. Foi morto em campo de batalha contra a Espanha em 1895.

O objetivo imediato da guerrilha liderada por Fidel Castro era derrubar um regime ditatorial e repressor encabeçado por Fulgencio Batista, inaugurado após um golpe militar em 1952. A face perversa do governo de Batista expressava alguns aspectos da tentativa fracassada de construir uma nação independente na primeira metade do século XX –período conhecido por República Cubana (1902-1959). A “república títere”, expressão de Florestán Fernandes, padecia de uma típica condição de “quintal dos EUA”, na qual a influência norte-americana determinava os rumos da vida nacional. Politicamente, a ingerência ia desde a ocupação armada até o reconhecimento de governos golpistas e ditatoriais que preservassem os interesses econômicos de empresas norte-americanas. Ademais, pairava sobre Cuba toda sorte de problemas decorrentes do subdesenvolvimento tais como: elevadas taxas de mortalidade infantil, desemprego e subemprego, analfabetismo, pobreza e concentração de renda, proliferação de máfias, etc. A prática da corrupção, disseminada nos altos escalões do governo, convertia-se em objeto de revolta nacional.

O caráter socialista da Revolução, oficialmente proclamado por Fidel Castro em 1961, está mais ligado a uma conjuntura política e econômica concreta, a partir da vitória dos guerrilheiros, do que a um objetivo socialista pré-revolucionário. O levante de 1959 em Cuba caracterizou-se, inicialmente, por uma revolução de libertação nacional, popular e marcadamente anti-imperialista (VAZQUEZ, 2010 p. 171). Embora autores como Florestán Fernandes (2007) e Moniz Bandeira (2009) interpretem de modo diverso as razões da “guinada” socialista da Revolução, eles apontam que o governo revolucionário, conseqüentemente, radicalizou as transformações numa direção socialista, não só diante das pressões imperialistas norte-americanas cujos interesses foram contrariados, mas também para salvaguardar as mudanças econômicas em curso – a realização da reforma agrária teve importância decisiva– e preservar a soberania nacional.

No período que vai de 1959 a 1963 a sociedade cubana passou por profundas transformações revolucionárias implementadas a partir da chegada dos guerrilheiros ao poder do Estado. Entretanto, logo no início se depararam com fortes obstáculos. Fernandes (2007, p. 330) destaca: “O fato é que eles (guerrilheiros) conquistam o poder, vão ao poder com um governo de composição nacional, mas dão oportunidade para provar que nem os setores mais fortes da burguesia cubana nem os EUA aceitariam uma reforma do capitalismo”. O radicalismo da transformação nacional-democrática evoluiu, no próprio processo, para transformações socialistas. Não restou dúvida ao governo

revolucionário que defender as mudanças democratizantes, assim como aprofundá-las, exigiria rupturas mais significativas.

Do ponto de vista das transformações mais significativas que mudaram as condições de vida da maioria da população cubana aparece, inicialmente, o esforço educacional levado a cabo por uma campanha de mobilização nacional, cujo objetivo foi alfabetizar todo o povo. A realização da reforma agrária, implementada através de duas leis, alterou radicalmente a estrutura fundiária e as relações sociais que resultavam dela. Apesar de mantida pequena parcela de pequenos proprietários privados, a estatização deste setor a partir de 1963 foi crescente. Em um país predominante agrícola, extremamente dependente da produção açucareira, a reforma agrária teve um papel decisivo no processo de transformação social.

O historiador Eric Wolf (1984, p. 198) observa que as condições de emprego neste setor eram severamente duras, já que a particularidade da agro-indústria canvieira concentrava o trabalho nas safras (3 ou 4 meses) e depois no “tempo morto” (entressafra) descartava grande parte destes trabalhadores. Citando Zeitlin (1967, p. 199), Wolf destaca que o desejo dos trabalhadores da cana em romper este ciclo de uma vida de misérias, constituiu uma das maiores fontes de apoio ao governo revolucionário depois de 1959. Por outro lado, com a fuga de importantes setores da burguesia cubana para os EUA –em função do deslocamento de poder representado pela Revolução–, o novo governo aproveitou para realizar uma reforma urbana, redistribuindo grande número de moradias à população despossuída e reduzindo significativamente os aluguéis.

Apesar dos períodos iniciais em que se buscou maior originalidade, a tentativa de construção do socialismo em Cuba durante cerca de três décadas foi fortemente marcada pela influência do modelo soviético, isto é, baseada no dirigismo estatal e em instituições altamente centralizadas. A condição de potência mundial da URSS e a hegemonia que exercia no movimento comunista, acabaram pesando decisivamente sobre os rumos da Revolução Cubana. Nas palavras de Heredia, “o sistema soviético e sua ideologia teorizada eram a força maior que no mundo atuava e falava em nome do socialismo e do marxismo” (2003, p.8).

Logo, as principais forças revolucionárias submeteram-se a um processo de centralização política que culminou na criação do Partido Comunista de Cuba (PCC), em 1965, a partir da fusão de três organizações: o movimento 26 de Julho, o Diretório

Revolucionário e o PSP (Partido Socialista Popular). Organizado em bases da doutrina marxista-leninista, a Constituição de 1976 definiu assim o PCC:

O Partido Comunista de Cuba, vanguarda organizada marxista-leninista da classe operária, é a força dirigente superior da sociedade e do Estado, que organiza os esforços comuns para os elevados fins da construção do socialismo e o avanço em direção à sociedade comunista.

Apesar de rígidos controles políticos, o partido único aparecia como expressão da unidade política necessária à defesa do país, bem como um dos responsáveis pelas conquistas do socialismo, que encontrou seu ápice nos anos 80.

A liderança de Fidel Castro foi imprescindível não só para a tomada revolucionária, mas também para a manutenção da ordem política que emergiu. Ele personificou, juntamente com Ernesto Che Guevara, a própria marca da revolução – segundo Fernandes (2007, p. 210), verdadeiros mitos da revolução. Além de líder guerrilheiro histórico, ele acumulou as funções de chefe de Estado e do partido, conduzindo-os com grande capacidade de aglutinação política, e ainda colocando-se como líder de massas com forte poder de mobilização. A liderança carismática de Castro estaria ligada, para além destes traços excepcionais, a uma “relação pedagógica” direta com as massas, na qual aparecia como um impulsionador individual do processo, assim como um crítico que apontava os problemas em determinados momentos (FERNANDES, 2007, p. 155). É a partir destas características que Domingues (2008 p. 7) salienta que Fidel Castro tem atuado como um elemento de “legitimação carismática” do regime ao longo das últimas décadas, mesmo após o período de institucionalização nos anos 70.

Do ponto de vista da construção social e da subjetividade, o projeto revolucionário passou a perseguir a homogeneidade nacional dos cubanos. Em termos ideológicos e políticos, sua substância nutria-se da mescla simbólica de nacionalismo defensivo (que vinculava a revolução de 1959 como ato fundador da nação e da soberania nacional) e socialismo (que implicava na igualdade fundamental entre todos os cubanos em termos de classe, gênero e raça). Como consequência, teríamos a concretização de um povo socialista sem interesses que o fraturassem e uma noção de unidade nacional que rejeitava elementos de diferenciação política que pudesse enfraquecer a resistência contra o imperialismo (DOMINGUES, 2008, p. 5).

A socióloga cubano-americana Mariféli Perez-Stable (1998, p. 31) defende que o eixo da política cubana pós-revolucionária girou em torno da ideia tripartite Fidel-

Pátria-Revolução. Ideia sob a qual considera que estão amparados os fundamentos essenciais da legitimidade política do regime cubano. Fidel Castro encarnaria a figura heroica do guerrilheiro libertador da nação oprimida por séculos de dominação externa, liderando uma revolução que consagrou a independência e soberania nacionais, cujos desdobramentos conduziram a uma transformação socialista radical capaz de alterar significativamente as condições de vida das massas trabalhadoras. Posteriormente, o processo de institucionalização ergueu o governo e o Estado revolucionários –como expressões da vontade nacional e popular– sob o ideário da homogeneidade, indiferenciação de interesses e unidade nacional, os quais conferiram àquelas instituições um alto grau de legitimação (DOMINGUES, 2008, p. 6).

Apontando que o caráter legítimo de uma institucionalidade tenha nascido em diversos países, direta ou indiretamente, de um processo revolucionário moderno, o sociólogo cubano Aurélio Alonso (2009, p. 242) defende que a intensidade da participação social na transformação revolucionária, faz com que as revoluções se tornem uma fonte de legitimidade política e civil na construção de uma nova ordem. Em Cuba, palco de uma revolução autêntica, para além do peso das organizações políticas (PCC e UJC), as instituições civis e organizações de massa (escolas, meios de comunicação, sindicatos, CDR, FMC, FEU<sup>3</sup>) tiveram um papel fundamental na socialização política da população, na que a busca ampliada pelo consenso caracterizou um regime de mobilização permanente das massas, tanto para seus propósitos políticos como econômicos.

Comum às experiências revolucionárias modernas que radicalmente alteraram o *status quo*, a contrarrevolução não foi menos implacável no caso de Cuba. Depois de derrotada a reação armada na Bahia dos Porcos e nas serras de Escambray, grande parte da oposição ao novo regime optou pela emigração aos EUA. Por outro lado, consolidou a hostilidade norte-americana ao regime revolucionário por meio de uma permanente aliança daqueles setores opositores com o governo dos EUA. Além de uma política de boicote econômico do governo norte-americano, a ação dos grupos opositores radicados em Miami se pautou, durante um longo período, por sabotagens e tentativas de assassinato de lideranças cubanas. Produto desta situação de confronto, Cuba passou a vivenciar o que os cubanos chamam de “mentalidade de fortaleza sitiada”, isto é, uma postura defensiva e preventiva contra qualquer ameaça ao sistema instituído. Se por um

---

<sup>3</sup> Comitê de Defesa da Revolução (CDR); Federação de Mulheres Cubanas (FMC); Federação Estudantil Universitária (FEU). União da Juventude Comunista (UJC) é a agremiação jovem do partido.



lado ela assegurou a defesa do país contra as tentativas de subversão externa, por outro, restringiu os debates e a crítica interna.

Nestas condições a ordem social pós-revolucionária consolida-se sob a primazia da ideologia política, seja o nacionalismo –simbolizado na figura de José Martí– ou o socialismo –nas figuras de Marx e Lênin. Durante a década de 70 até meados de 80 o marxismo-leninismo, elevado à ideologia oficial de Estado, adquire maior força inclusive cultural, representando o período de maior influência soviética. Em parte explicado pela “ameaça externa”, em parte pela influência soviética, a revolução deu lugar a um regime político exclusivista que recorreu a mecanismos de controle sobre a sociedade, além de se caracterizar por um permanente estado de vigilância. Segundo Castañeda (1994, p. 55), Cuba construiu um aparato de segurança que chegou a ser um dos mais eficientes do mundo, sob a responsabilidade do Ministério do Interior (MININT), precisamente do *Departamento de Segurança do Estado*, no qual se desenvolvem atividades de inteligência, contra-inteligência, espionagem, etc.

Não obstante as deficiências, o impulso igualitário das políticas do regime, por um lado conseguiu eliminar a miséria da sociedade cubana, o analfabetismo, construir satisfatórios sistemas de saúde e educação estatais e gratuitos, aos quais toda a população tem acesso. O direito garantido ao esporte e lazer transformou a pequena ilha em potência esportiva, motivo de orgulho de sua população. Somando-se a isso, o planejamento centralizado da economia alocava os trabalhadores no setor estatal, praticamente alcançando o pleno emprego; a política salarial buscou equalizar os salários e criou-se uma legislação trabalhista. Enfim, alcançou-se um padrão material de vida digno, em mínimas condições, à custa de muitos sacrifícios e austeridade da população.

Por outro lado, permaneceu em grande parte da população o nacionalismo e um sentimento intangível de dignidade de um povo que valorizava as conquistas obtidas. Para além dos ganhos materiais, o ideal de igualdade orientou o combate ao racismo e ao machismo, historicamente presentes, elevando a condição do negro e da mulher na sociedade cubana (ainda que este tipo de discriminação não tenha sido eliminada). As missões internacionalistas dos anos 70 e 80, baseadas na solidariedade aos povos em luta, expandiram a presença cubana para o continente africano. A participação de Cuba foi decisiva nas lutas de libertação frente ao colonialismo (sobretudo em Angola), destacando-se ainda a contribuição dos combatentes cubanos para a queda do regime racista do *Apartheid* na África do Sul.

Para o politólogo cubano Rafael Hernandez (1999, p. 15), desde o início as políticas igualitárias da revolução foram apoiadas pela imensa maioria dos cubanos, por significar uma virada fundamental nas condições de existência e uma melhoria substancial do seu nível de vida. Ele ressalta que não podemos esquecer que durante os anos 70 e 80, o processo revolucionário conseguiu uma elevação das condições de vida material e cultural dos cubanos, incluindo sua consciência social e nacional. Além disso, um aspecto democrático notável da construção socialista foi que a direção da Revolução procurou envolver a sociedade naquele projeto, de modo a engendrar um comprometimento ético-político nos indivíduos, isto é, a noção de que todos os cubanos são parte daquilo e que, portanto, não são alheios aos seus erros e acertos. E com isso evitar que operasse uma possível cisão entre a direção política do país e a população, ou simplesmente que a nova ordem se apresentasse como uma imposição de uns poucos líderes. Em outras palavras, estes traços se tornaram um pilar fundamental de sustentação do governo revolucionário em todos esses anos.

### **As relações Cuba-Estados Unidos no período revolucionário (1959-1996)**

A questão central da rivalidade entre os dois países nas últimas décadas advém do significado da Revolução, que contestou radicalmente a presença econômica e política dos EUA em Cuba. Isto decorreu da visão dos revolucionários de que grande parte dos problemas que afligiam o povo cubano até aquele momento estaria ligado à concentração das atividades econômicas em mãos estrangeiras (no caso, companhias norte-americanas), enquanto a maioria da população de trabalhadores empobrecidos (especialmente camponeses) enfrentava precárias condições de vida. Por outro lado, o governo dos EUA não hesitava em apoiar regimes golpistas e ditatoriais em Cuba, desde que defendessem os seus interesses, e este foi o caso do último governo de Fulgencio Batista (1952-1958). Para o movimento que levou a cabo uma revolução pela independência e soberania nacional, uma mudança nas relações com os EUA seria “naturalmente” inevitável (WOLF, 1984, p. 210).

A negação representada pela revolução de 1959 desencadeou um conjunto de reformas que procurou eliminar aquela condição. Como consequência, os EUA romperam todas as relações com Cuba e iniciou-se um período de grande hostilidade, incluindo fortes momentos de tensão –a crise dos mísseis de 1962 representou o seu ponto alto. Evidentemente, a tensão foi muito maior para os cubanos, que passaram a conviver com pressões de todo tipo. Após a revolução, a relação Cuba-Estados Unidos

foi marcada por agressões militares, boicote econômico, até crises migratórias e diplomáticas. No entanto, o grande conflito entre os dois países é político. A rivalidade se relaciona à ambição histórica de domínio e controle dos EUA sobre Cuba, de modo que determinou não só a política externa do governo revolucionário, assim como se tornou um importante elemento capaz de influenciar a própria política interna na ilha.

O radicalismo do rompimento entre os dois países se acentuou à medida que em plena guerra-fria, a pequena Cuba –até então sob órbita da influência norte-americana e submetida às suas pressões econômicas e políticas– aliou-se à URSS, optou pelo socialismo, e conseqüentemente instituiu o único Estado socialista do ocidente, na segunda metade do século XX. Em outras palavras, a ousadia cubana apresentou-se como uma grande afronta ao poderio norte-americano, que posteriormente passou a encará-la como um Estado satélite representante dos interesses soviéticos (MONIZ BANDEIRA, 2009 p. 305).

Para Cuba as conseqüências destes conflitos, mais do que o rompimento total das relações diplomáticas, resultaram em sanções econômicas decretadas pelos EUA. Como os EUA detinham grande influência sobre a dependente economia cubana, principalmente quanto ao suprimento de petróleo e à importação da quota de açúcar, o governo norte-americano decide reduzi-las drasticamente, como instrumento de pressão contra as reformas em curso. Diante disso, o governo cubano nacionaliza propriedades estrangeiras e a URSS se comprometeu a suprir aquelas necessidades (exportar petróleo e importar açúcar). O resultado do agravamento destas tensões levou os EUA em 1962 a suprimirem todas as importações de Cuba, bem como proibirem qualquer exportação a Cuba, dificultando ao máximo qualquer relação comercial entre eles, inclusive as que passavam por terceiros países. O objetivo era asfixiar a economia cubana e conseqüentemente derrubar Fidel Castro. Essas medidas ficaram conhecidas como Embargo ou Bloqueio econômico. Por outro lado, estas dificuldades impostas a Cuba fizeram com que se intensificassem, cada vez mais, as relações comerciais e políticas com o bloco soviético (AYERBE, 2004, p. 62).

Moniz Bandeira (2009, p. 735) aponta que Cuba apenas adotou uma postura defensiva da sua soberania nacional diante das pressões dos EUA, que nunca aceitaram as reformas do novo governo. E foi a razão pela qual, no plano internacional, empurrou os cubanos a uma aliança com os soviéticos, os únicos que poderiam contrapor o desmedido poder dos EUA e assegurar a manutenção da dependente economia cubana. Certo é que, após estes enfrentamentos, os EUA nunca aceitaram ou consideraram

legítimo o governo revolucionário. Mas ao contrário, recorreram a uma “guerra secreta” contra Cuba, utilizando os mais variados expedientes para derrubar o governo de Fidel Castro (AYERBE, 2004, p. 49).

A partir deste momento, aparece a “Operação Mangusto”, criada na administração de Kennedy, que visava a implementação de ações secretas em Cuba (sabotagem, guerra econômica e assassinato de lideranças), com o objetivo de causar desestabilização política e desencadear possíveis revoltas. Elaborada com base em relatório da CIA, que apontava que o regime revolucionário não cairia por si só, as ações ficariam a cargo de grupos extremistas contrarrevolucionários, presentes em Miami. É interessante assinalar que neste momento, Cuba representava um “problema” e tornara-se um motivo de obsessão para as administrações norte-americanas, as quais, utilizando diferentes estratégias, nunca abriram mão de tentar derrubar Fidel Castro<sup>4</sup>. A preocupação que o exemplo cubano adquiriu nos círculos de poder em Washington era evidente e, de fato, a Revolução Cubana inaugurava um novo momento na América Latina e conseqüentemente uma nova etapa nas relações dos EUA com o subcontinente (AYERBE, 2004, p. 51).

Um fato novo nas relações com Cuba aconteceu no governo de Jimmy Carter (1977-1980) –apesar de mantido o Bloqueio–, o qual representou um avanço nas relações entre os dois países e uma abertura ao diálogo, estabelecendo algum contato diplomático, cujo significado concreto foi o acordo que instituiu as “Seções de interesse” –mínima representação diplomática– em Havana e Washington, ainda em vigor. Não obstante a este início, a aproximação entre os países não teve fôlego devido ao acirramento da disputa eleitoral nos EUA, que em 1981 elevou à presidência o republicano Ronald Reagan, notável por reascender a rivalidade da guerra-fria.

Segundo Moniz Bandeira (2009, p. 631), inicialmente a política beligerante de Reagan chegou a elaborar um plano de invasão a Cuba e Fidel Castro, ciente disso, reforçou as defesas com base na doutrina de *Guerra de todo el pueblo*, mobilizando numerosos grupos de milícias. Castro estava certo de que a URSS, afundada em problemas internos, não sairia em defesa de Cuba. Entretanto, o plano foi dissuadido, provavelmente pelos custos políticos e em vidas que causaria uma guerra incerta. Os norte-americanos sabiam do apoio interno a Castro e do relativo poder das forças armadas cubanas, que havia contado durante décadas com ajuda e tecnologia soviética.

---

<sup>4</sup> O governo de Jimmy Carter (1977-1980) foi uma exceção.

Com efeito, a tentativa de derrubar o regime revolucionário passaria a enfatizar outras estratégias, como ações de propaganda e difusão ideológicas, deixando de lado a intervenção armada. Assim, em 1985 foi criada em Miami a Rádio Martí e posteriormente a TV Martí, com o objetivo de transmitir para a ilha uma programação contrária ao governo cubano.

A crise terminal do socialismo no Leste Europeu iria configurar um novo cenário mundial. As relações entre Cuba e os Estados Unidos pós guerra-fria, entretanto, não caminharam para um entendimento. Se as mudanças na ordem mundial, num primeiro momento, poderiam supor boas expectativas rumo à normalização das relações, o que de fato ocorreu foi a intensificação da hostilidade norte-americana. Segundo Ayerbe (2004, p. 95), nas relações entre os dois países, os efeitos do fim da guerra-fria se dão no sentido oposto ao do resto do mundo. Os governos de George Bush (1989-1992) e Bill Clinton (1993-2000) intensificaram o Bloqueio econômico a Cuba, com base na percepção de que o regime encabeçado por Fidel Castro, sem os subsídios da ex-URSS, entraria em colapso mais cedo ou mais tarde.

No início dos anos 1990, Cuba havia perdido seu principal apoio internacional, retirava suas tropas da África, não mais apoiava guerrilhas na América Central e tampouco representava qualquer ameaça à segurança dos EUA (HERNANDEZ, 2008, p. 157). Do ponto de vista de suas relações internacionais –mesmo que de forma não voluntária– Cuba havia cumprido as determinações dos EUA para o restabelecimento de negociações bilaterais que, todavia, não ocorreu. Aproveitando-se do enfraquecimento geopolítico de Cuba, a política externa norte-americana ambicionava, na verdade, a queda do governo de Fidel Castro e uma transição rumo à democracia liberal e à economia de mercado (SEGRERA, 1995, p. 100).

A continuidade da hostilidade do governo dos EUA diante da Revolução está diretamente ligada ao peso da comunidade cubana exilada na Flórida. A origem desta comunidade está na fuga de grande parte da burguesia cubana desalojada pela revolução e que posteriormente contou com grandes levas de migrações dos setores descontentes com o regime revolucionário. Durante o governo de Ronald Reagan (1981-1988) é criada em Miami a Fundação Nacional Cubano Americana (FNCA) –organização política anti-castrista, que se notabilizou pelo lobby junto ao Congresso e à Casa Branca, além do seu alto poder de influência sobre o conjunto dos numerosos imigrantes cubanos. A comunidade de exilados cubanos na Flórida adquiriu grande notoriedade na política norte-americana devido, sobretudo, a seu poder econômico e

coesão, além de solidarizar-se nos negócios. Certamente, ela é a comunidade hispânica mais rica nos EUA, capaz de decidir eleições, financiar candidaturas ao legislativo e ao executivo e influenciar o judiciário (BLACKBURN, 2000 p. 96).

Seu maior êxito foi influenciar decisivamente a política externa dos EUA, transformando os seus interesses específicos em pauta significativa da agenda norte-americana para Cuba. É neste sentido que Ayerbe (2004, p. 96) assinala que o tema de Cuba nos EUA, especialmente com relação à sua política externa, não tem sido uma questão convencional de política exterior do Estado norte-americano, mas um problema de política interna, marcada fortemente pelo *lobby* da comunidade cubana, sobretudo a FNCA. Do ponto de vista político, suas posições se pautam por um radicalismo conservador e anticomunista, além de nutrir um ódio inigualável a Fidel Castro. Por outro lado, o revanchismo predominante nos exilados levou a posições extremadas como o apoio ao Bloqueio econômico ou até posições majoritariamente favoráveis a uma possível invasão norte-americana ao território cubano, segundo afirmou Blackburn (2000, p. 99) com base em pesquisas de opinião.

O peso da comunidade cubano-americana ficou evidente quando em 1992 e 1996, aprovaram-se dois projetos de lei no Congresso norte-americano que significaram o acirramento do Bloqueio e o aumento das pressões para mudanças em Cuba. A primeira delas, denominada Lei da Democracia Cubana (mais conhecida como lei Torricelli) determinava o seguinte: empresas subsidiárias norte-americanas em outros países seriam proibidas de comercializar com Cuba, além de que navios estrangeiros que entrassem em portos cubanos seriam proibidos de carregar ou descarregar em portos dos EUA durante seis meses. Ademais, acrescenta que o presidente norte-americano só tem poderes para suspendê-la caso ocorressem eleições livres, justas e com supervisão internacional, bem como outros requisitos que deveriam ser cumpridos pelo governo cubano, por exemplo, o avanço em direção a uma economia de mercado<sup>5</sup>.

Embora a deterioração da economia cubana tenha chegado a níveis de extrema escassez (não só pelos efeitos do Bloqueio) durante a década de 90, a lei anterior não atingiu seu objetivo central, isto é, a queda de Fidel Castro. Então, em 1996 foi aprovada a Lei para a Liberdade e a Solidariedade Democrática Cubana (conhecida como lei Helms-Burton). Esta é mais radical nos seus propósitos, chegando a possibilitar que cidadãos norte-americanos ex-proprietários em Cuba possam processar

---

<sup>5</sup> Extraído de Gott (2006).

empresas estrangeiras que mantenham negócios com o governo cubano, uma vez que este estaria fazendo uso da sua antiga propriedade. Além de outras sanções aos interessados em negociar com Cuba, este ponto era uma clara tentativa de intimidação às empresas estrangeiras, sobretudo canadenses e européias, em franco crescimento dos seus investimentos na ilha. Entretanto, esta medida extremamente controversa não tem sido adotada, já que o presidente norte-americano teria faculdades para suspendê-la (GOTT, 2006, p. 342.). Apesar disso, a lei é um receituário detalhado do modelo de “democracia” e sociedade que uma possível transição deveria contemplar, selando o apoio dos EUA a esta plataforma de mudanças.

### **A crise cubana nos anos 90:**

#### **“Período Especial” e o impacto da queda do Socialismo Real**

O início dos anos 90 inaugurou um novo momento na história da Revolução Cubana, no qual foi obrigada a fazer frente à maior crise econômica desde seu triunfo em 1959. O desaparecimento da URSS e dos então chamados Estados comunistas do leste europeu abriu para a ilha caribenha um momento de extremas incertezas, uma vez que o marco de sua integração econômica e política havia desmoronado. A situação de isolamento agravou ainda mais a vulnerabilidade do Estado cubano que, além disso, permanecia sob ameaça de invasão externa (MONIZ BANDEIRA, 2009 p. 643). Foi então que Fidel Castro proclamou o início do “Período Especial”<sup>6</sup>, em 1990, antevendo a grave crise econômica em que o país mergulharia. Por sua vez, a crise colocava em dúvida a capacidade do governo cubano de enfrentar uma nova conjuntura mundial especialmente adversa e, inclusive, a própria continuidade do seu sistema social e político.

Na contracorrente das transformações neo-liberalizantes em curso em grande parte da América Latina e do Leste Europeu, a maioria dos cubanos optou por resistir e preservar, dentro do possível, os principais elementos do seu sistema social e político, modificando pontualmente os aspectos mais críticos da economia (foi o que, de fato, deu a entender o amplo debate realizado em torno do IV Congresso do PCC em 1991). Certamente, o desafio era grande e extremamente difícil, já que seu modelo socialista influenciado e dependente da URSS não poderia continuar existindo sem o “campo socialista”. O receituário neoliberal –em marcha e radicalizado no Leste Europeu– havia

---

<sup>6</sup> O chamado “*Periodo Especial en Tiempos de Paz*” foi expressão utilizada pelo governo cubano para designar o novo momento do país, após a queda do muro de Berlim e a desapareção do Bloco Socialista.

sido descartado pelo governo cubano não só por razões ideológicas, mas também em vista dos pesados custos sociais da transição naqueles países (PICKEL, 1998, p. 80). Portanto, o desafio do governo era reformar o sistema, mantendo as conquistas sociais da Revolução<sup>7</sup>, e reintegrar-se a uma nova ordem mundial. E deveria fazê-lo, ademais, pressionado pelo governo dos EUA por mudanças no seu regime.

Nestes termos, o amplo debate que culminou no IV Congresso do partido em 1991 não colocou em discussão a hegemonia da propriedade coletiva (estatal), a exclusividade do PCC como instituição dirigente do Estado, e muito menos a liderança de Fidel Castro (PEREZ STABLE, 1998, p.281). Não obstante, a liderança cubana tinha consciência de que mudanças eram urgentes na economia e necessárias na política, uma vez que a rigidez do seu modelo social, influenciado e dependente da URSS, tornara-se insustentável frente à nova conjuntura. Ainda que o governo tenha adotado uma política de distribuição equitativa dos custos da crise, implementada através do racionamento e de uma política social específica, a deterioração da economia cubana foi intensa nos primeiros anos da década de 90, cuja retração do PIB (Produto Interno Bruto) entre 1989 e 1993 chegou a 35% (CANO, 2000 p.35). Como consequência, a depressão acabou por gerar toda espécie de carência na vida cotidiana da população, exigindo enormes sacrifícios para a sobrevivência.

O choque externo sofrido pela economia cubana foi causado pela rápida derrocada do campo socialista, sendo que aproximadamente 85% do seu comércio exterior era com aqueles países. No desastre do setor externo, Cuba evidenciou a dependência de variada pauta de importações, assistiu a retirada dos subsídios provenientes da URSS e perdeu o intercâmbio favorável junto ao Bloco Socialista. Não bastasse a extinção do seu marco de integração econômica, agora os efeitos do Bloqueio econômico norte-americano poderiam ser sentidos de forma mais intensa.

Segundo o sociólogo cubano Valdés Paz (2005, p. 91), a hecatombe que se abatera sobre a economia cubana adquirira dimensões caóticas. Estas se expressaram na queda vertiginosa da capacidade de importação, que chegou a 70% entre 1989-92; na diminuição brusca das receitas do açúcar –à época o principal produto gerador de receita para Cuba: de 4,3 bilhões de dólares em 1990 para 757 milhões em 1993. No período de 1989-93 as importações de petróleo foram drasticamente diminuídas em

---

<sup>7</sup> Especialmente a significativa elevação da expectativa de vida; drástica redução da mortalidade infantil; avanços na medicina; avanços na educação (entre eles: a erradicação do analfabetismo, elevados índices de escolarização nos diferentes níveis de ensino etc.).



60%; além disso, o consumo privado caíra 40%. O PIB em franco decréscimo cairia: -2,9% em 1990; -10% em 1991; -11,6% em 1992; -14,9% em 1993<sup>8</sup>. Em outras palavras, esses números revelariam a incapacidade do sistema econômico em assegurar a sua simples reprodução quando o apoio e a ajuda internacional extinguíram-se (DILLA, 2007, p. 3).

Ao mesmo tempo, o governo cubano levava a cabo uma série de reestruturações e concessões com vistas a salvar o regime revolucionário, suas conquistas sociais e tirar a economia da beira do colapso. A crise, por outro lado, abalou os referenciais socialistas cristalizados da Revolução, limitando suas perspectivas a uma ideia de resistência concentrada em evitar o pior, isto é: uma transição capitalista radicalizada pelo “choque” neoliberal, conduzida ou influenciada pelo imperialismo norte-americano. Visando diferenciar-se das políticas adotadas na transição que se seguiu na Europa Oriental, foi acordado que em Cuba as reformas econômicas não empregariam políticas de choque.

A principal estratégia de superação da crise foi uma aposta no desenvolvimento do potencial turístico da Ilha, mediante a parceria do Estado cubano com o capital estrangeiro –da Europa ocidental, Canadá e México. Toda a economia foi aberta ao investimento externo, exceto os setores militares e os sistemas de saúde e educação. Além disso, a reforma constitucional de 1992<sup>9</sup> retirou o “caráter irreversível” da “propriedade estatal socialista”, admitindo outras formas de propriedade em detrimento da quase total estatização existente, legalizando a propriedade privada, mista e cooperativa. Por fim, instituiu emendas para incentivar e facilitar o investimento estrangeiro. Entretanto, estas medidas não conduziram à privatização generalizada. Onde a propriedade não permaneceu exclusivamente estatal, o Estado cubano cedia até 49% do consórcio, entre outros benefícios.

De forma gradual, conforme apontou a socióloga cubana Mayra Espina (2008), outras medidas de liberalização da economia foram implementadas, das quais destacamos até 1993: entrega em uso-fruto de terras estatais a cooperativas e famílias; criação de um mercado para os produtos agropecuários; legalização da posse de divisas pelos cubanos e das remessas de familiares residentes no exterior (culminando na dolarização da economia); substituição da estratégia econômica açucareira em favor de

---

<sup>8</sup> Dados retirados de Gott (2006).

<sup>9</sup> Estas alterações foram acordadas durante o IV Congresso do PCC em 1991. Posteriormente foram aprovadas pela Assembleia Nacional do Poder Popular, confirmando a reforma constitucional em 1992.

setores chave para captação de divisas: turismo, biotecnologia, exploração do níquel e petróleo; aumento das autorizações para o trabalho autônomo; reestruturação e redução do aparato administrativo estatal; descentralização da tomada de decisões econômicas nas empresas e aumento da distribuição através do mercado.

Os primeiros anos do “período especial” realmente foram desesperadores para a população, na medida em que instituiu a batalha cotidiana pela sobrevivência material (os artigos de primeira necessidade tornaram-se escassos). A carência energética era tamanha que chegou a paralisar fábricas e inviabilizar o sistema de transportes, que passou a operar em proporções mínimas. Logo, a alternativa para que o país não paralisasse totalmente foi a generalização da opção pela tração animal e humana.

A falta de oferta na rede de comercialização estatal gerou um grande crescimento do mercado informal (“mercado negro”), ao qual a população recorria frequentemente, sobretudo para complementar a cesta básica em geral, em especial os alimentos. Por outro lado, os fortes desequilíbrios macroeconômicos levaram a uma crise cambial extrema, verificada pela grande desvalorização da moeda cubana frente ao dólar. Nesta conjuntura a legalização da posse do dólar foi inevitável, criando dois setores na economia, que por sua vez opera em dinâmicas e moedas diferentes (área peso e área dólar). Esta medida levou ao desestímulo do trabalho formal, como meio para obtenção de renda, já que este operava em moeda nacional desvalorizada e, conseqüentemente, uma grande parte da população se lançou no mercado negro (no qual consumidores e vendedores se apropriam de mercadorias do Estado, com frequência através do roubo), cujas possibilidades de obtenção de moeda forte são maiores (CARRANZA, 2002, p. 32).

Os efeitos negativos de uma economia com dupla circulação monetária se intensificaram na medida em que a expansão do turismo e as remessas estrangeiras se tornaram importantes componentes da reestruturação econômica e da obtenção de divisas por Cuba. Assim, configurou-se uma profunda cisão na sociedade entre os cidadãos que têm acesso à moeda forte –proveniente do setor turístico, “mercado negro” e remessas do exterior–, e os que não têm. Portanto se tornou um forte mecanismo de diferenciação de renda e de níveis de consumo. Neste sentido, Gott (2006) ressaltou o efeito danoso da reintrodução do dólar sobre o consenso político que sustentava o sistema cubano: “o retorno do dólar foi um sério golpe no orgulho revolucionário” (GOTT, 2006, p. 327). Em outras palavras, a ética igualitária que era um proclamado

orgulho da Revolução ficaria seriamente comprometida em vista da crescente desigualdade que passou a vigorar.

A sociedade cubana até 1989 experimentou um importante aumento do padrão de vida médio conseguido mediante políticas estatais redistributivas e igualitárias. Contudo, agora, teria de enfrentar a pobreza crescente. Espina (2008) destaca em seu estudo sobre os impactos da crise e das reformas, um amplo processo de reestratificação social em curso, capitaneado pelo alargamento da desigualdade sócio-econômica. Um dos efeitos citados é a reaparição da pobreza, vulnerabilidade social e marginalidade. Espina chama atenção para estudos que apontam um segmento da população urbana em situação de insuficiência de renda e de necessidades básicas não satisfeitas passou de 6,3% em 1988 para 20% em 2000.

Apesar dos efeitos negativos, a condução da crise pelo governo cubano deu mostras de que ele tentara distribuir os custos da crise de uma forma mais equitativa. Além da manutenção das conquistas sociais –saúde, educação e seguridade social, públicas e gratuitas–, o governo recorreu a um severo racionamento dos produtos e serviços para assegurar uma distribuição mais igualitária, adotando uma política social com vistas a suprir basicamente os mais afetados. O governo cubano, além disso, conseguiu evitar um desemprego massivo através de realocação de pessoal, subsídios a empresas que operavam abaixo de sua capacidade, manutenção (em parte) dos salários e permissão para o trabalho autônomo.

Embora estas medidas tivessem levado a outros desajustes macroeconômicos posteriores, Carranza (2002, p. 31) ressaltou que elas foram fundamentais para a manutenção e reprodução do consenso político em tão duras condições. Ademais, diante das reformas econômicas mais sensíveis, recorreu-se a discussão popular prévia nos centros de trabalho, numa tentativa de angariar apoio e comprometer a população com aquelas reformas<sup>10</sup> (GOTT, 2006, p. 329). Sem dúvida, estas medidas, num primeiro momento, foram fundamentais para conter uma possível explosão social em consequência das privações econômicas<sup>11</sup>.

### **A sobrevivência do regime revolucionário e o papel do nacionalismo**

---

<sup>10</sup> Este processo participativo ficou conhecido como “Parlamentos Obreros” realizados em inícios de 1994.

<sup>11</sup> No entanto, a primeira manifestação pública contrária ao governo revolucionário apareceria na esteira da “crise dos balseros”, quando, em 1994, os problemas decorrentes da emigração ilegal para os EUA (e consequentemente das precárias condições de vida na Ilha) provocaram distúrbios no centro de Havana.

Em vista deste cenário, Valdés Paz (2005, p. 98) afirmou que havia favoráveis tendências a um déficit de governabilidade, tais como: conjuntura internacional adversa, crise econômica e seus efeitos sociais, estreitamento do consenso e insatisfação de demandas. Quanto à “ameaça externa”, muito embora as pressões dos EUA tivessem conseguido reduzir a influência e a participação cubana na arena política internacional, derrocar o governo de Fidel Castro se mostrou muito mais difícil do que a conjuntura parecia indicar.

A maioria das análises que abordou diretamente a sobrevivência do regime cubano ao desmoronamento do “socialismo real”, frequentemente aponta para dois fatores fundamentais: a autenticidade do processo revolucionário cubano e as suas significativas diferenças históricas em relação ao Leste Europeu. Assim sendo, não faria sentido considerar Cuba como um Estado-satélite soviético, cujos desdobramentos políticos e econômicos iniciados na Europa oriental, a partir de 1989, se abateriam, automaticamente, sobre a Ilha<sup>12</sup>. Além de chamar atenção para o caráter autêntico da Revolução, cujas raízes estão fincadas na sociedade civil cubana, Julio César Guanche (2008, p.132), considera que a acumulação cultural histórica que o processo revolucionário imprimiu no povo cubano –isto é as práticas sociais, os valores e os sentidos que transformaram não apenas o país, mas também o indivíduo– desempenhou um papel importante na contenção da influência que vinha do Leste Europeu.

Para explicar a resistência cubana é preciso levar em conta a “acumulação política” e a legitimidade alcançada anteriormente pelo governo cubano; a hostilidade do governo norte-americano e o extremismo da oposição anti-castrista tradicionalmente estabelecida em Miami, discutidas acima (e que, em parte, retomaremos agora); Além disso, analisaremos estratégia política interna do governo cubano, baseada fortemente na ideologia nacionalista (associada à manutenção de direitos sociais).

As reformas implementadas nos anos 90 tiveram um objetivo central, isto é, evitar que desmoronasse o regime político. Não foi à toa que o lema do IV Congresso do PCC, realizado em 1991, foi: “Salvar a Pátria, a Revolução e o Socialismo”, os quais expressavam as bases do consenso e uma ordem de prioridades (VALDÉS PAZ, 2009, p. 40). Ou seja, o discurso revolucionário foi direcionado para a defesa da independência e a soberania nacional, da qual o regime se considera um guardião. O “socialismo”, entendido como estatização quase absoluta da economia, aos poucos foi

---

<sup>12</sup> Destacam-se as obras de Moniz Bandeira (2009), Guanche (2008) e Gott (2006).

convivendo com maiores espaços de mercado (considerando o legalizado, quanto o “mercado negro”).

Em meio à crise econômica, modificações no sistema político também teriam lugar, visto que a rigidez político-ideológica anterior tornara-se insustentável frente às transformações em curso. Com a diminuição da extensão do Estado, certos controles sócio-políticos forjados no auge da influência soviética já não encontrariam legitimidade na sociedade (GUANCHE, 2008, p. 175). Em outras palavras, a liderança cubana já não poderia continuar a se justificar em nome da construção de uma sociedade superior, socialista; por outro lado, acentuava o discurso da resistência, da independência e da soberania.

Entretanto, não foi colocado em questão o elemento essencial do sistema político, isto é, o PCC como único partido e órgão dirigente máximo do Estado. As reformas, por sua vez, procuraram gerar mais participação e representatividade, canalizando institucionalmente demandas ou possíveis insatisfações, e com isso obter maior legitimidade. Além disso, elas buscaram ressaltar as raízes nacionais da Revolução e seu sistema social, recorrendo com frequência ao legado do herói da independência José Martí. Visavam, com isto, contrapor possíveis ideias que afirmavam que seu sistema fora uma imposição externa, produto da guerra-fria.

Neste sentido, modificações políticas mais específicas e conceituais orientaram a reforma constitucional de 1992. O Estado cubano deixou de ser uma expressão classista da “ditadura do proletariado” para agir em nome dos trabalhadores e do povo cubano; ademais, excluiu a doutrina oficial ateuista para tornar-se um Estado laico. O PCC também modificou sua concepção classista para tornar-se a vanguarda organizada da “nação cubana”, além de abrir suas filas aos militantes religiosos. A “abertura religiosa” destas instituições acabou por evidenciar a tensão que existiu nos países que adotaram o ateísmo como ideologia oficial, tentando subjugar, sem sucesso, as crenças religiosas. Por fim, a modificação mais relevante foi a aprovação de eleição direta (secreta e universal) para a composição das Assembleias provinciais e nacional (parlamento cubano).

Além destas reformulações, há um tipo de explicação que dá preponderância ao nacionalismo impregnado na cultura política dos cubanos, que por sua vez adquire uma base concreta se considerarmos as relações históricas entre Cuba e os EUA. Isto é, ressaltam a existência de um consenso nacionalista majoritário na população (incluindo setores que não são simpáticos ao regime), associando a manutenção do regime à

soberania e à independência nacional, tendo em vista as pressões por mudanças vindas dos EUA. A direção da Revolução, conseqüentemente, reproduz e utiliza este nacionalismo como fonte de legitimação ideológica e política.

Por outro lado, este nacionalismo associa-se ao anti-imperialismo e ao socialismo<sup>13</sup>, como componentes essenciais de uma ideologia oficial cubana desenvolvida durante a consolidação do regime em suas primeiras três décadas (1959-1989). Respectivamente sua base concreta está no rechaço a qualquer tipo de intervenção ou ingerência estrangeira, em especial vinda dos EUA; e na preservação dos princípios de igualdade e justiça social, que se traduzem em políticas igualitárias, acesso gratuito e universal aos sistemas de saúde e educação em todos os níveis, e em avançados indicadores sociais. Neste sentido Gott afirmou que:

Os cubanos tinham mais a defender – a sua história, o seu sentido de identidade, o seu *amour propre*. A maioria dos cubanos apoiava o seu governo porque, embora tivessem consciência das suas falhas, também podiam identificar os seus sucessos. Apesar das muitas insuficiências, eles estavam familiarizados com as sólidas realizações (GOTT, 2006, p. 334).

Estas realizações, mesmo sob forte impacto da crise econômica, e comparada à situação social e econômica na América Latina e Caribe, são consideradas pela maioria da população como um êxito do regime.

Uma das melhores análises focadas no nacionalismo foi desenvolvida pelo historiador brasileiro Luiz Alberto Moniz Bandeira (2009), em *De Martí a Fidel: a Revolução Cubana e a América Latina*. Nesta obra, o autor estabelece dois parâmetros de compreensão do processo cubano após a queda do Muro de Berlim, a saber: sua disparidade frente à história do “socialismo real” no Leste Europeu, bem como a particularidade de Cuba sob uma perspectiva da história da América Latina. Bandeira (p. 36) considera que o fator decisivo para o entendimento da Revolução Cubana, e do regime político inaugurado por ela, deve ser buscado no histórico das relações de dominação dos EUA frente à América Latina.

Para Moniz Bandeira (2009, p.33), a Alemanha Oriental fora o Estado do antigo Bloco Socialista no qual a população alcançou maior padrão de vida dentre os países daquele bloco. Entretanto, desapareceu no fim dos anos 80 porque a população rechaçou

---

<sup>13</sup> Aqui é importante salientar que a concepção de socialismo que vigorou (e de certo modo ainda vigora) em Cuba, é eminentemente “estadocêntrica”, responsável por uma economia centralizada e estatizada. Esta concepção é herdeira da experiência soviética, cuja natureza socialista é fortemente contestada por grande parte das análises atuais influenciadas pelo marxismo.

aquele modelo societário, que só pôde subsistir com a ajuda do Muro de Berlin e o apoio das tropas soviéticas. Nesta conjuntura em que desapareceram os regimes do antigo socialismo real, Cuba, que nunca chegou a alcançar semelhante padrão de vida – pelo contrário, passou por inúmeras carências–, resistiu às turbulências, ancorada no apoio da maioria de sua população, inclusive disposta a defender a Revolução no caso de intervenção estrangeira.

Especialmente após o triunfo da revolução, as agressões e as permanentes ameaças de invasão estadunidense constituíram um fator determinante para as decisões políticas internas e externas da liderança revolucionária. Para o autor, os EUA não deixaram outra opção aos líderes cubanos, senão aquela que se identificou fortemente com o modelo do socialismo soviético. A institucionalização de um regime segundo os moldes do “socialismo real” foi uma contingência histórica, que resultou de uma política não da URSS, mas dos EUA, principalmente ao desrespeitar os princípios da soberania nacional e autodeterminação dos povos. Desta forma, ao contrário do ocorrido no Leste Europeu após a segunda guerra mundial –onde os “regimes comunistas” emergiram da ocupação soviética–, a revolução cubana não foi uma operação da URSS na guerra-fria, mas a expressão do conflito norte-sul, sobretudo das contradições não resolvidas entre os EUA e os países da América Latina.

Bandeira (2009, p. 34) cita o historiador norte-americano Thomas Skidmore para o qual Cuba representa o “estudo clássico do fenômeno nacionalista”. Destacando que apesar dos aspectos autoritários do regime que se estabeleceu, a população podia ver que a “real atração daquele regime era nacionalista”, o que de fato a invasão da Baía dos Porcos pelos mercenários contratados pela CIA contribuiu decisivamente. Segundo Bandeira (2009), o nacionalismo tornou-se uma força política disseminada em meados do século XX na América Latina por confrontar a supremacia norte-americana, e no caso de Cuba acabaria por guinar cada vez mais à esquerda, cuja radicalização veio a identificar-se com o comunismo em uma conjuntura mundial bipolar. Inclusive, foi o posicionamento pelo qual Fidel Castro teve condições de defender a soberania nacional e preservar as mudanças sócio-econômicas face à agressividade dos EUA.

Assim, quando ruiu o “socialismo real” na virada para os anos 90, Castro “pôde jogar a carta nacionalista” enquanto fonte exitosa de legitimação do regime. Por outro lado, a implementação das reformas nos anos 90, é considerada pelo autor como o início do desmonte de um “socialismo” de matriz soviética em Cuba –mantidas algumas “aparências” como a saúde e educação públicas–, dando lugar a um regime do tipo

“capitalismo de Estado”. Mesmo depois do desaparecimento da URSS e da retirada de todos os subsídios que eram transferidos a Cuba, os EUA longe de aliviarem a tensão sobre a ilha, prosseguiram com uma política de confrontação, resultando no endurecimento do Bloqueio vigente desde início dos anos 60. Com efeito, Bandeira (2009, p.738) defende que este antagonismo dos EUA tem conferido o apoio de amplas parcelas da população à figura de Fidel Castro, assim como à manutenção daquele regime, ainda que pesem todas as dificuldades e carências da crise econômica.

Foi neste sentido que Dilla (2007, p. 7) destacou que o fator “perigo externo” é, sem dúvida, a chave para compreender a coesão política de distintas figuras do governo cubano. Embora a crise tenha ampliado os setores descontentes, o apelo ao nacionalismo apareceu como o principal elemento aglutinador do apoio popular ao regime, sustentado em sua maioria pelas camadas mais vulneráveis da população. Por sua vez, o governo cubano buscou encarnar estes valores, afirmando-se como o único capaz de “defender a pátria” e manter as conquistas do socialismo.

Durante os anos 90 a velha oposição anti-castrista da Flórida, cuja face mais poderosa é a FNCA, não obteve credibilidade e tampouco efetividade para seu empenho em conduzir uma possível transição política em Cuba. O atrelamento e apoio destas organizações às políticas do governo dos EUA (incluindo o apoio ao Bloqueio) despertam medo e desconfiança em amplos setores da população na Ilha. Além disso, seus métodos escusos e violentos contam com um histórico de sabotagens, patrocínio de atividades terroristas e inúmeras tentativas de assassinar Fidel Castro<sup>14</sup>. Desta forma, parecia pouco provável que conseguissem apoio em Cuba para seu programa de transição à “democracia, ao livre mercado e ao respeito aos direitos humanos”. Enfim, o extremismo revanchista destes setores opositores não admitia qualquer sinal de negociação ou concessão ao “regime castrista”, ao qual pretendiam derrotar pela força.

Por outro lado, embora a dissidência interna se esforçasse para desvincular suas propostas desta oposição truculenta, ela não conseguiu legitimidade e confiança da maioria dos cubanos. Foi assim, em parte, porque muitos de seus membros estavam associados à política do governo norte-americano para formar uma oposição interna, através da Seção de Interesses dos EUA em Havana. Em Cuba, seguramente, uma oposição com ligações abertas com o governo estadunidense, encontra muitas

---

<sup>14</sup> Em recente livro intitulado *Os últimos soldados da Guerra-Fria*, Fernando Morais conta a história dos cinco cubanos anti-terroristas, condenados a longas penas de prisão nos EUA em 2001, acusados de espionagem. O autor demonstra a ligação das organizações anti-castristas da Flórida, inclusive a FNCA, com os atentados a bomba em hotéis cubanos ocorridos durante os anos 90.



dificuldades não apenas para legitimar-se perante a população, mas também por ser alvo da repressão do Estado. Inclusive Fidel Castro chegou a declarar em entrevista ao jornalista Ignacio Ramonet, que enquanto Cuba estiver submetida às políticas agressivas dos EUA, “não poderemos dar essa ‘liberdade’ aos aliados de nossos inimigos”.

O governo cubano se refere à oposição interna, em tom generalizante, como “mercenários”, insinuando que são pagos pelo governo dos EUA para fazer oposição. De fato, alguns o são, mas outros não. No entanto esta acusação tem o objetivo de deslegitimar e desqualificar aqueles grupos, que em alguns casos recebem pena de prisão por “colaborar com uma potência estrangeira inimiga” ou atentar contra a segurança do Estado. O sistema cubano desenvolveu mecanismos de repressão e controle com vistas a evitar que surja uma oposição interna organizada, capaz de ameaçar a hegemonia do PCC. Alguns autores apontam que as massivas ondas migratórias durante a Revolução funcionaram como válvula de escape política, nas quais o governo se livrou de numerosos setores potencialmente opositores. Conseqüentemente, a oposição interna, detentora de base social muito reduzida –ainda que pese as restrições– não conseguiu transformar o descontentamento econômico em um rechaço decisivo à Revolução.

Assim sendo, é muito provável que enquanto perdure a postura aberta do governo dos EUA em subverter o “sistema social revolucionário”, ou induzir mudanças políticas em Cuba mediante pressões e embargos, os dirigentes cubanos não aceitarão uma oposição institucionalizada. Alguns estudiosos da realidade cubana ressaltam que a hostilidade da comunidade de exilados nos EUA, e por consequência do governo deste país, contribui apenas para reforçar as preocupações com a defesa e as condições repressivas em Cuba. Em um estado de guerra não declarado, dificilmente as consequências apontariam para outra direção: Rafael Hernandez (2008, p.155) observou que durante o “período especial”, diante do relativo estreitamento do consenso, foi exacerbada a percepção de ameaça à estabilidade interna produzida pelas políticas dos EUA. Efeito deste assédio, a mentalidade de fortaleza sitiada, não tem contribuído ao fortalecimento da democracia e tampouco facilita o debate, o espaço de dissensão e a pluralidade em Cuba; e, segundo Ayerbe (2004, p. 124): “nos casos em que não se consegue quebrar a resistência da nação agredida, os resultados inevitáveis são o empobrecimento econômico do país e da sua população, e o fechamento político”.

Salazar (1992) destacou que a carência de alternativas políticas foi outro fator importante a ser considerado. Ou seja, os cubanos não estariam dispostos a arcar com os

custos sociais de uma radical abertura política e econômica neoliberal. Predominou a crença de que a democracia liberal, bem como a economia de mercado, não resolveriam os problemas do país. A maioria dos cidadãos cubanos conhecia, direta ou indiretamente, todos os problemas causados ao país e à sua soberania quando, ao longo de meio século, Cuba adotou os modelos típicos da democracia liberal –alternados por ditaduras– e tutelados pelos EUA. Porém, ficou registrada a incapacidade destes regimes em resolver os problemas mais elementares da sociedade cubana. Enquanto isso, a mudança experimentada pós-revolução redirecionou as prioridades do governo, que buscou assegurar a toda população os requisitos de uma vida digna, através da construção de uma nova institucionalidade. Não obstante as deficiências e imperfeições deste modelo, ele foi considerado por grande parte da população como superior ao modelo anterior. A isso Salazar denominou “superioridade histórica de Cuba sob o socialismo” (SALAZAR, 1992, p.172).

Visando resistir às políticas baseadas no choque neoliberal, o governo cubano explorou exitosamente a crise social que se seguiu à transição no Leste Europeu, e enfatizou as consequências do Bloqueio estadunidense por tamanha crise interna. Com efeito, a maioria da população pareceu acreditar que uma queda súbita do regime não melhoraria efetivamente aquela situação. Pelo contrário, poderia assumir outras dimensões ou agravar-se, uma vez que o revanchismo de parcelas dos exilados de Miami, ansiosos por recuperar os seus privilégios, poderia até desencadear uma guerra civil e devastar o país (MONIZ BANDEIRA, 2009, p. 738). Ainda que pese o nacionalismo, é importante registrar que o regime cubano tem como sustentação sociopolítica um forte componente geracional. A “geração histórica”, isto é, a geração composta por homens e mulheres que participaram da tomada revolucionária, como guerrilheiros (as) rurais ou urbanos, e que posteriormente passaram a ocupar importantes cargos de comando no Estado e no partido, ainda goza de amplo prestígio social em razão daquele feito heroico.

Do ponto de vista das relações exteriores, Jorge Dominguez (2004, p. 24) assinalou que a estratégia internacional de Cuba foi um elemento chave para que o regime desenvolvesse sua capacidade de sobrevivência. Com a perda dos antigos parceiros do Bloco Socialista, o governo cubano foi obrigado a reorientar seu comércio exterior e abrir a economia ao investimento estrangeiro. Logo, a União Europeia (em especial a Espanha), América Latina e Caribe (em especial o México), e Canadá tornaram-se os principais parceiros comerciais de Cuba, e de onde provinham grandes

volumes de capital. Para Dominguez (2004, p. 24) “o governo cubano necessitava cultivar ativamente o investimento estrangeiro e, por conseguinte, estabelecer melhores relações políticas com países que contavam com uma economia de mercado”. O autor aponta, desta forma, que o governo cubano conseguiu reverter o isolamento internacional e angariar apoio, formando uma ampla coalizão internacional “negativa” em oposição à política estadunidense, inclusive neutralizando as leis Torricelli e Helms-Burton em relação àqueles países.

### **Conclusão**

Para concluir, podemos afirmar que a resistência cubana nos anos 90 foi travada, ao mesmo tempo, em duas frentes: a primeira, diante do assédio dos EUA por modificar o seu regime político, de acordo com seus princípios e interesses; a segunda, e mais difícil, por rejeitar as políticas neoliberais (então hegemônicas) como saída à crise do socialismo, buscando reformar o sistema sem abrir mão das conquistas sociais. Apesar de uma relativa liberalização econômica, a maioria dos meios de produção continuou sob controle estatal, assim como os sistemas de saúde e educação permaneceram universais e gratuitos, não obstante a sua deterioração.

Esta resistência só foi possível, em parte, porque o regime revolucionário contou com uma “reserva” de legitimidade e realizações até 1989. Juntamente a isso, entender o que representa a proximidade dos EUA e a hostilidade do seu governo, foi fundamental para compreender a dinâmica política em Cuba e, portanto, o papel do nacionalismo como uma ideologia defensiva. Seja porque os EUA oferecem um antagonismo permanente ao governo cubano (em algumas situações manipulado exitosamente segundo os seus interesses), perante o qual a Revolução está obstinada em não ceder. Seja porque aquele país ameaça, de fato, a ordem interna. As relações dos EUA com a América Latina, sobretudo durante a guerra-fria, demonstraram claramente qual foi o desfecho dos governos que almejavam alguma independência e que ousaram propor reformas estruturais. O poder e a influência norte-americana têm se mostrado implacáveis durante todos esses anos. Cuba, e a sua resistência, representam uma espécie de “espinho entalado na garganta” dos EUA, daí tamanha truculência.

### **Referências bibliográficas**

ALONSO, Aurelio. *El laberinto tras la caída del muro*. Buenos Aires: CLACSO e Casa Ruth Editorial, 2009.

- AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.
- BLACKBURN, Robin. Batendo o martelo em Cuba. In: SADER, E. (Org.) *Contracorrente*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
- CANO, Wilson. Cuba: a resistência de uma nação. In: *Soberania e Política econômica na América Latina*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.
- CARRANZA, Julio. La economía cubana: balance breve de una década crítica. La Habana: *Revista Temas*, n. 30, 2002.
- CASTAÑEDA, Jorge. *Utopia desarmada*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1994, capítulo II.
- DILLA, Haroldo. Cuba: ¿Transición o continuidad? *Revista Herramienta*, Buenos Aires, n. 35, 2007.
- DOMINGUES, José Maurício. A revolução cubana entre o passado e o futuro. *Análise de conjuntura*, Rio de Janeiro, n. 3, 2008.
- DOMINGUEZ, Jorge. El sistema político cubano en los noventa. In: BOBES, Velia Cecilia e ROJAS, Rafael (org.) *La Transición Invisible*. México DF: Ed. Océano de México, 2004.
- ESPINA, Mayra. Viejas y nuevas desigualdades en Cuba. *Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 216, 2008.
- FERNADES, Florestán. *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2007.
- GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar Editor, 2006..
- GUANCHE, Julio Cesar. *El continente de lo posible: Un examen sobre la condición revolucionaria*. La Habana: Ruth Casa Editorial/ICIC Juan Marinello, 2008.
- HEREDIA, Fernando. *En el horno de los 90*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2005.
- HERNANDEZ, Rafael. *Mirar a Cuba*. La Habana: Editorial Letras Cubanas, 1999.
- HERNANDEZ, Rafael. El muro del bloqueo: ¿demolición o desmoronamiento? *Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 216, 2008.
- MONIZ BANDEIRA, Luis Alberto. *De Martí a Fidel: a revolução cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- MORAIS, Fernando. *Os últimos soldados da guerra-fria*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2011.

- PICKEL, Andreas. Is Cuba different? Regime stability, social change and the problem of reform strategy. *Communist and post-communist studies* vol. 31, 1998.
- SALAZAR, Luis Suárez. La “crisis cubana”. Un análisis desde La Habana. *Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 121, 1992.
- SEGRERA, Francisco. *Cuba Cairá?* Petrópolis: Ed. Vozes, 1995.
- PEREZ STABLE, Marifeli. *La revolución cubana*. Madrid: Editorial Colibri, 1998.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *O valor do socialismo*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2010.
- VALDÉS PAZ, Juan. Cuba en el Periodo Especial: de la igualdad a la equidad. In *Cambios en la sociedad cubana desde los noventa*. Washington: Woodrow Wilson Center International for Schollars, 2005, 20p.
- VALDÉS PAZ, Juan. *El espacio y el límite. Estudios sobre el sistema político cubano*. Havana: Ruth Casa Editorial, 2009.
- WOLF, Eric. *Guerras Camponesas do século XX*. São Paulo: Ed. Global, 1984.

Recebido em: agosto de 2012 e aprovado em: dezembro de 2012